



BC aumenta projeção de crescimento do PIB de 2% para 2,9%

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprova o Desenrola Brasil

Página 6

Trabalhadores do transporte anunciam greve no Metrô de São Paulo

Página 2

Consumo nos lares cresce 2,58% até agosto, anuncia a Abras

O Consumo nos Lares Brasileiros, pesquisa feita pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), registrou alta de 2,58% de janeiro a agosto de 2023 na comparação ao mesmo período do ano passado. Em agosto, o consumo se manteve estável, fechando em 0,80%. Na comparação com agosto de 2022, o crescimento é de 4,12%.

O resultado contempla os formatos de loja: atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e e-commerce. Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o vice-presidente da Abras, Marcio Milan, as quedas consecutivas nos preços de alimentos contribuíram para o aumento no volume de itens adicionados à cesta de consumo.

“A estabilidade de renda - combinada com a queda nos preços dos alimentos - permitiu ao consumidor acrescentar mais itens na cesta de abastecimento dos lares e buscar itens de valor agregado, a exemplo da carne bovina”, justificou Milan.

De acordo com os dados da Abras, o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) teve queda, em agosto, de -1,71% na comparação com julho.

Em média, os preços da cesta baixaram de R\$ 730,06 para R\$ 717,55. Na análise regional, a maior queda no indicador ocorreu na região Centro-Oeste (-2,25%), seguida do Sudeste (-1,96%), Sul (-1,57%), Nordeste (-1,48%), Norte (-0,98%).

Segundo o levantamento, houve recuo nos preços das proteínas animais com os cortes dianteiros caindo -1,10% e os cortes traseiros, -1,78%. No ano, as quedas acumuladas são de -9,21% e -12,03%. Também registraram retração frango congelado (-2,04%) e pernil (-0,85%). Pela primeira vez no ano, os ovos caíram -3,15%.

Entre os itens básicos, o maior recuo de preço foi do feijão (-8,27%), que - no acumulado do ano - foi de -12,77%. Na comparação com meses anteriores, a queda do óleo de soja foi menor (-1,03%) e, no acumulado do ano, ela teve o maior recuo de preços (-28,86%). Outras retrações vieram da farinha de trigo (-1,79%), café torrado e moído (-1,50%) e da farinha de mandioca (-0,61%).

Os recuos na cesta de lácteos foram puxados por leite longa vida (-3,35%), leite em pó (-1,30%) e margarina cremosa (-1,18%). (Agência Brasil)

Declarações do Imposto de Renda na malha fina chegam a 1,36 milhão



Foto/Marcelo Camargo/ABR

Página 6

O Banco Central (BC) elevou a projeção para o crescimento da economia este ano. A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) passou de 2% para 2,9%, em razão, sobretudo, da “surpresa com o crescimento no segundo trimestre”. A projeção consta do Relatório de Inflação, publicação trimestral do BC, divulgado na quinta-feira (28).

Além disso, e em menor medida, o BC faz previsões “ligeiramente mais favoráveis” para a evolução da indústria, de serviços e do consumo das famílias no segundo semestre de 2023.

No segundo trimestre do ano a economia brasileira, su-

perando as projeções, cresceu 0,9%, na comparação com os primeiros três meses, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação ao segundo trimestre do ano passado, a economia brasileira avançou 3,4%. O PIB acumula alta de 3,2% no período de 12 meses. No semestre, a alta acumulada é de 3,7%.

“A atividade econômica surpreendeu novamente no segundo trimestre”, destacou o BC no relatório, ponderando que o forte crescimento no primeiro semestre do ano se deve, em parte, a fatores transitórios. “Permanece a perspectiva de que a atividade cresça em ritmo menor nos próximos trimestres e ao longo de 2024”, avalia. Página 3

Queda da inflação deve tirar até R\$ 30 bi da arrecadação de 2023

A queda da inflação deverá retirar de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões da arrecadação nominal do governo em 2023, disse na quinta-feira (28) o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ce-

ron. Apesar dessa dificuldade, ele disse que a equipe econômica continua a buscar um déficit primário “o mais próximo possível” de R\$ 100 bilhões neste ano. Página 6

Reforma tributária deve buscar bem-estar social, diz especialista

Página 4

Esporte

Kartismo: AKSP faz antepenúltima etapa com vencedores inéditos

O GP Primavera by Floricultura Jardim dos Amores, nona e antepenúltima etapa do campeonato de kart amador AKSP continuou apresentando grid superior a cem pilotos e também novos vencedores em algumas categorias. Desta vez, o Kartódromo de Interlagos viu a primeira vitória nesta temporada de Diego Rocha (Light) e Rodrigo Oliveira (Elite), e a segunda de Gabriel Araújo (Graduados), Luiz Antônio Gouvêa (Sênior) e Cah Nunes (Mulheres em Ação).

Agora, os líderes do segundo turno são Edicarlo Tomiazzi (Light), Alexandre Porche (Graduados), Douglas Pecoraro (Elite), Luiz Antônio Gouvêa (Sênior), Cah Nunes (Mulheres em Ação - Graduadas) e Daiani Tomiazzi (Mulheres em Ação - Novatas). Já os líderes da classificação geral depois de nove etapas são Thiago Rocha (Light), Alexandre Porche (Graduados), Douglas Pecoraro (Elite), Marcelo Carvalhaes (Sênior), e Natália Eufrásio (Mulheres em Ação - Graduadas) e Nina Marques (Mulheres em Ação - Novatas).

Boas disputas na antepenúltima etapa

Na categoria Light, Fábio Roberto da Silva conquistou a pole position, mas dada a largada Gabriel Palmyro pulou na frente, na oitava etapa estabeleceu a volta mais rápida

(58s078) e recebeu a bandeira de vitória. No entanto, pois penalizado por comemorar sem as duas mãos no volante. Com isto ele caiu para terceiro. Quem herdou a vitória foi Diego Rocha, 4s063 à frente de Fábio Roberto. Em quarto terminou Paulo Daniel, seguido de Sérgio Inácio e Fabrizio Rangel. O líder Thiago Rocha terminou em oitavo.

Na categoria feminina Janaina Zoumbounel largou da pole position, e também garantiu a melhor volta (58s226), mas Cah Nunes venceu com 13s545 de vantagem sobre a líder do Mulheres em Ação, Natália Eufrásio. Janaina caiu para terceiro, seguida de Lucimara Ido, Grazi Gonçalves e Nina Marques, vencedora entre as Novatas.

Entre os pilotos com mais de 50 anos de idade, Ricardo Cordeiro do certame Alexandre Porche, responsável pelo melhor giro (58s013). Em quarto ficou Miguel Sacramento, seguido de Clóvis Vaz de Souza e Edu Abrantes.

Entre os Graduados, Henrique Morbi garantiu a pole, mas Gabriel Araújo venceu na linha de chegada, por meros 0s187 sobre ele. Em terceiro ficou o líder do certame Alexandre Porche, seguido de Guilherme Manucci, Allan Espadrezani e Luis Blanes. A volta mais rápida (57s464) foi de Raphael Casagrande.

Finalmente na Elite da AKSP



Foto/ Emerson Santos

Os grids da AKSP tem mais de 20 pilotos

Paulo Policeno foi o mais rápido na tomada de tempos, mas foi ultrapassado na última curva, com a vitória ficando para Rodrigo Oliveira por apenas 0s145. A seguir veio o líder da categoria Douglas Pecoraro, Arthur Feola, Bruno Furlan e Henrique Morbi, que havia largado de último.

Ações sociais e muitos prêmios, brindes e diversão

Nesta etapa o AKSP arrecadou fraldinhas descartáveis para a Sophia, filha do piloto Allan Félix Espadrezani (Graduados), que nasceu no começo do mês.

Além de troféus, todos os vencedores da AKSP e Mulheres em Ação receberam voucher com desconto em corte masculino na Barbearia e Tattoo Fireworks, e voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. Todas as mulheres par-

ticipantes também levaram pra casa vasos de flores da Floricultura Jardim dos Amores, patrocinadora desta rodada.

Os seis primeiros colocados de cada categoria foram premiados com kits Giovanna Baby e Phytoervas, e o sétimo colocado de cada modalidade ganhou um kit da Cervejaria Paulistânia.

A grande novidade neste GP foi o sorteio para cada uma das cinco categorias, de uma cesta de frutas do Empório Santa Nina. E como nas demais rodadas, foram sorteados entre todos os participantes, dois pares de luvas DKR personalizadas, um jantar para casal no Restaurante Low BBQ, obra de arte em papel da Mundo Papercraft, e voucheres da Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Frangaria JK, Mary Estética, Piza Crek, Rolley Beach, Studio Divando e Studio 16 Hair e

Beauty Moema.

O Auto Posto Colônia ofereceu um galão de combustível para o Casal Gasolina, formado por Rodrigo Oliveira e Nina Marques. Antes da formação dos pódios, o último colocado de cada bateria recebeu o descontraido troféu Mão de Pau, acompanhado de voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. E para agitar ainda mais a galera, o penúltimo colocado de cada categoria ganhou um abacaxi do Empório Santa Nina. E no final da programação, foi oferecido o tradicional bolo para os aniversariantes do mês.

O campeonato da Associação dos Kartistas de São Paulo (AKSP) tem o apoio de Agência Olhar Clínico Marketing, Auto Posto Colônia, Barbearia e Tattoo Fireworks, Bela Art Comunicação Visual, Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Cervejaria Paulistânia, Empório Santa Nina, Exotic Limousine, Floricultura Jardim dos Amores, Frangaria JK, Giovanna Baby, Grand Assessoria de Crédito, LR Competições, Luvas e Macacões DKR, Mary Estética, MRC Produções, Mundo Papercraft, One Racing Academy, Phytoervas, Piza Crek, Restaurante Low BBQ, Rolley Beach, SM Reparação de Veículos, Studio Divando, Studio 16 Hair e Beauty Moema. WhatsApp: 11-99681.3549; Siga o Instagram @aksp.19

Trabalhadores do transporte anunciam greve no Metrô de SP

Sindicato do segmento de transporte anunciou na quinta-feira (28) que quatro linhas do Metrô de São Paulo deverão parar no dia 3 de outubro, em uma greve articulada pelos trabalhadores com outras categorias, para marcar posição contra a privatização de serviços no estado e para reivindicar melhores condições de trabalho.

As linhas que devem aderir à greve são a 1-Azul, a 2-Verde, a 3-Vermelha e a 15-Prata.

Os trabalhadores planejam organizar um ato na véspera do início da greve. O local ainda será confirmado nos próximos dias.

Os ferroviários e trabalhadores da Sabesp também vão aderir à paralisação no dia 3 de outubro.

“É um movimento reivindicatório, mas também de protesto”, resumiu a presidente do Sindicato dos Metroviários e Metroviá-

rias de São Paulo, Camila Duarte Lisboa.

Segundo a líder sindical, o movimento não conseguiu adesão total dos trabalhadores do Metrô porque em algumas linhas “há maior pressão dos patrões” e, portanto, maior receio da base quanto a realizar protestos, embora também queiram melhorar o salário e promover mudanças no ambiente laboral.

“As linhas 4 e 5 do Metrô não vão parar, pois existe lá um ambiente de organização sindical muito difícil nas linhas privatizadas”, explicou Camila.

De acordo com Camila, as privatizações sinalizadas pelo governo de Tarcísio de Freitas, governador do estado, preocupam pela tendência de ocasionarem um aumento no valor das passagens e da tarifa da água.

Como exemplos contra a pri-

vatziação, os sindicalistas citaram as linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda do trem de São Paulo, que passaram a ser geridas pela ViaMobilidade e apresentam, frequentemente, diversas falhas, o que tem como consequência transtornos para os passageiros. Nas duas linhas, já foram registrados atrasos e descarrilamentos. “Até colisão na plataforma aconteceu”, lembrou Camila.

As entidades chamam a atenção para a insalubridade de parte dos locais de trabalho e a sobrecarga de tarefas. Camila Duarte Lisboa mencionou, ainda, um processo de terceirização dos funcionários da bilheteria do Metrô, que já está em curso, tendo em vista a abertura de um edital com prazo para o início de outubro, o que deverá se traduzir, segundo ela, como a maioria das terceirizações, em salários menores.

Para os representantes dos trabalhadores, é consenso que o governo visa multiplicar lucro, ao ampliar a quantidade de privatizações. No início deste mês, du-

rante o Grito dos Excluídos, movimentos sociais já haviam se engajado para fazer circular um plebiscito contra as privatizações.

Adesão

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) também se juntará aos trabalhadores do transporte. José Faggian, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sintaema), disse que o quadro de funcionários se mobilizará. Ele garante, no entanto, que não haverá colapso do sistema de fornecimento de água.

“As nossas greves sempre têm o compromisso de manter o abastecimento e atender as emergências”, disse, acrescentando que o movimento conta com o apoio de petroleiros, dos Correios e do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp).

Faggian ressaltou que privatizar o serviço de saneamento básico representa um risco para

a população como um todo, já que a proporção de residências que dispõem de água potável e esgoto adequado impacta diretamente a saúde das pessoas. Além disso, disse o diretor sindical, o índice de saneamento é importante até mesmo para se manter baixa a mortalidade infantil.

“O saneamento tem interface direta com a saúde da população. Então, quando a gente traz para esse serviço pouco cuidado, no limite a gente está colocando em risco a saúde da população”, argumentou Faggian, elogiando a cobertura do serviço universalizado da Sabesp, que, atualmente, segundo ele, está presente em 310 dos 375 municípios em que a empresa de economia mista opera.

ViaMobilidade

A ViaMobilidade afirmou, em nota, que as linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda funcionarão normalmente na próxima semana.

A concessionária disse ainda que vem investindo em me-

lhorias nas duas linhas desde o início da concessão, em janeiro de 2022, e que o total de recursos nos primeiros anos de gestão deve bater os R\$ 3,8 bilhões, dos quais cerca de R\$ 2,5 bilhões já foram aplicados. “Investimentos adicionais, além do previsto em contrato de concessão válido por 30 anos, foram necessários devido ao nível de degradação das vias e sistemas de sinalização, energia, assim como dos trens recebidos na transição da operação, que não são os mesmos que operavam antes nas linhas 8 e 9”, esclareceu a companhia.

“Os investimentos incluem a aquisição de 36 novos trens, com dois deles já em operação e outros dois em estágio avançado de testes. A concessionária investe também na reforma das estações, que são bastante antigas e não foram planejadas no passado com soluções de acessibilidade”, acrescentou.

A Agência Brasil procurou o Metrô de São Paulo, a Sabesp e o governo de São Paulo e aguarda retorno. (Agência Brasil)



CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Resultados da pesquisa “Paraná”, apontando possível empate técnico entre o candidato (PSOL - PT) Boulos e o prefeito Nunes (MDB) pode ser o combustível de vereadores governistas pras campanhas em 2024

PREFEITURA (São Paulo)

Resultados da pesquisa “Paraná”, a pontando possível empate técnico entre o candidato (PSOL - PT) Boulos e o prefeito Nunes já reforça os apoios do MDB nacional à possível reeleição do pupilo do Temer

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ex-deputado e ex-presidente na ALESP, o procurador (licenciado do MP - SP) e professor Fernando Capez lançou mais um livro, que já virou referência no Direito: “A Nova Lei da Improbidade Administrativa”

GOVERNO (São Paulo)

Conforme antecipamos, o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) já começou - intramuros - a definir as mudanças que precipitarão trocas no seu Secretariado. Prerrogativas do Poder, em Brasília e por aqui

CONGRESSO (Brasil)

Proposta de Emenda à Constituição (1988), limitando os poderes do Supremo, assim como eles e elas já limitam na prática os poderes dos deputados federais, senadores e até quem está presidente. É isso mesmo?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Quando Lula (dono do PT) dá sinais de que a esposa ‘Janja’ já tá inserida - e não pode ser demitida - no seu governo, ele pensa sobre sua saúde - após a cirurgia de hoje - e que ela pode ser ‘ungida’ pra eleições 2026

PARTIDOS (Brasil)

Donos e sócios dos maiores e médios partidos - como o poderoso Kassab (dono do PSD no qual está o presidente do Senado) - projetam grandes mudanças pra eleições 2026, caso não passe a minirreforma pra 2024

JUSTIÇAS (Brasil)

Ministro e agora presidente (Supremo) Barroso já ensaia todas as saídas diplomáticas pra não bater de frente com senadores e deputados (Congresso); mas também com colegas, como os poderosos Mendes e Alexandre

HISTÓRIAS

Ex-prefeita de São Paulo, Marta (ex-Suplicy) já não tem o apelo que imaginam poderia ter - como vice numa chapa em 2024 - porque perdeu reeleição (2004), perdeu 2º turno (2008) e literalmente sumiu em 2016

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP), por ter se tornado “referência das liberdades possíveis”

cesar@cesarneto.com

Resolve Já é aprovado na Assembleia Legislativa de SP

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou, em sessão na quarta-feira (27) e com 56 votos favoráveis dos deputados estaduais, o Projeto de Lei nº 1246/2023.

Conhecido como Resolve Já, o projeto, que segue para sanção do governador Tarcísio de Freitas, irá permitir que o contribuinte que possua dívidas de autos de infração de ICMS tenha a oportunidade de quitá-las com mais prazo, maiores descontos e novas possibilidades de pagamento. O projeto agora

segue para sanção do governador Tarcísio de Freitas.

“O Resolve Já chega para ser um projeto totalmente alinhado às ações da atual gestão da Sefaz-SP, pois aprimora legislação e oferece condições mais favoráveis para que os contribuintes possam resolver suas pendências de maneira simplificada”, destaca o secretário Samuel Kinoshita.

Por meio do Resolve Já, uma multa originalmente de R\$ 35 mil, por exemplo, depois do desconto pela desistência do con-

tencioso administrativo e com pagamento à vista, pode cair para cerca de R\$ 4 mil. Com o programa espera-se reduzir o estoque de processos sendo discutidos administrativamente, estimulando o recolhimento do ICMS e a conformidade, reduzindo a litigiosidade administrativa.

“E o melhor é que a diminuição das disputas judiciais em razão de dívidas é benéfica para toda a sociedade. Ganham o Estado, as empresas e os cidadãos, que poderão usufruir do

melhor ambiente de negócios do Brasil, disparado”, ressalta Kinoshita.

Uma grande inovação da proposta consiste em permitir que o pagamento seja feito aproveitando-se de créditos acumulados de ICMS e de valores decorrentes de ressarcimento de substituição tributária. “Vamos colaborar para o desenvolvimento da economia paulista, permitindo que empresas possam regularizar dívidas e trabalhar com fôlego financeiro”, afirma Kinoshita.

Governo paulista lança site com orientações a proprietários rurais

Com o objetivo de fornecer recomendações sobre as melhores combinações de espécies madeiras e não madeiras para cada local e condição do Estado de São Paulo, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) desenvolveu a plataforma digital Refloresta-SP.

A ferramenta integra o Programa Refloresta-SP e traz, entre outras funcionalidades, a devida contrapartida já comunicada ao fim de cada consulta.

“Com o Refloresta-SP os proprietários rurais e técnicos que os assistem têm acesso às melhores informações disponíveis, de forma rápida e objetiva”, afirma a secretária Natália Resende. “É uma consultoria gratuita oferecida pela Semil a todos os interessados, facilitando a implantação de florestas multifuncionais, um importante objetivo estruturante para a questão ambiental”, completa. A ferramenta facilita por eliminar a necessidade, por exemplo, de consultas a especialistas em silviculturas de espécies nativas para orientar a questão dessas florestas.

Por trás da aparente simplicidade da plataforma está um in-

vestimento ambicioso, com quase dez anos de estudos e coleta de informações para a criação do banco de dados e definição das premissas usadas nos cálculos. Outra preocupação foi com a qualidade da informação, tendo sido formado um Comitê Técnico Científico, com representantes de Semil, universidades e sociedade civil, para zelar pela integridade do banco de dados.

O Comitê deverá aprovar a incorporação de novas informações produzidas pela ciência e pelo monitoramento das florestas implantadas, e todas as alterações que forem necessárias. Assim, a ferramenta não ficará desatualizada nem será alterada sem critérios.

O objetivo do Programa Refloresta-SP é o de incentivar a mudança do uso do solo em regiões de baixa cobertura vegetal, em especial em áreas de pouca aptidão agrícola. Dentre os usos do solo e sistemas de produção fomentados pelo Programa destacam-se as florestas multifuncionais – plantadas para conciliar objetivos econômicos e ecológicos –, que visam à produção de madeira e produtos florestais não madeireiros, e à gera-

ção de serviços ecossistêmicos importantes para a sustentabilidade da atividade agropecuária e o bem estar das pessoas.

O uso da plataforma é simples. São dez passos que se iniciam após o cadastro do usuário. Em seguida, os dados informados serão município, tipo de vegetação, faixa de declividade existente no imóvel e se as operações são predominantemente manuais ou mecanizadas. Também é necessário informar se o projeto será implantado em Reserva Legal, Área de Preservação Permanente (para imóveis até quatro módulos fiscais) ou em outro local fora dessas áreas. Isso é necessário porque as recomendações observam os requisitos legais que incidem sobre as áreas para as quais ele é indicado.

O critério ecológico é atendido quando o usuário informa a localização da propriedade e o tipo vegetal que ocorre naturalmente no entorno. Com essas informações, o Refloresta restringe a indicação das espécies que se adaptam à região e que tendem a ter um bom desenvolvimento. Já o critério econômico considera o preço de

mercado dos produtos madeireiros e não madeireiros e também os custos de produção, o que inclui o manejo silvicultural necessário.

O Refloresta-SP foi desenvolvido pela Semil com a participação de dezenas de técnicos, pesquisadores e produtores rurais, e em parceria com instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil, contando também com o apoio do Banco Mundial, do BID e do Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF.

A Semil, através do Refloresta, torna acessível um enorme conjunto de informações, compiladas, organizadas e processadas, que podem ser usadas pelos proprietários rurais, técnicos que atuam em restauração, profissionais da assistência técnica e extensão rural, empresas e organizações da cadeia de restauração, e investidores. As ações destes atores contribuirão para o alcance das metas do Refloresta-SP, assim toda sociedade será beneficiada pela redução dos impactos das mudanças climáticas e pelos ganhos relacionados à qualidade ambiental, ao desenvolvimento socioeconômico e ao bem-estar humano.

Profissionais de bares e similares têm até hoje para se inscrever no curso Não se Cale

O Governo de São Paulo convoca os profissionais que atuam em bares, restaurantes, casas de eventos e espetáculos, e similares para capacitação do protocolo Não se Cale. Todos têm até o dia 29 de setembro para se inscrever para a 2ª turma do curso. As aulas da segunda turma começam no início de outubro.

O curso visa preparar os estabelecimentos a identificar e enfrentar situações de risco para a mulher de forma ativa e adequada, prestando os auxílios previstos no protocolo diante de qualquer pedido de socorro ou suspeita de caso de assédio, vio-

lência ou importunação sexual.

A capacitação online só é válida com o certificado emitido pela Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher. O preenchimento do formulário é individual e leva aproximadamente cinco minutos. Basta acessar o link: <https://www.mulher.sp.gov.br/naosecale/>.

A certificação é exigida pelas leis 17.621/2023 e 17.635/2023 e decreto 67.856/2023. O cumprimento será fiscalizado pelo Pron-SP. Funcionários dos setores de entretenimento, gastro-

nomia e lazer têm prioridade nas inscrições. Entretanto, trabalhadores de outras áreas também poderão ocupar as 1,5 milhão de vagas disponibilizadas pelo Estado. Trabalhadores que atuam em áreas de segurança, assistência social e saúde também são convidados a realizar a capacitação.

Eventuais infrações podem resultar em multa, suspensão do serviço ou atividade e até interdição, nos termos estipulados pelo Código de Defesa do Consumidor. A multa pode variar de 200 a 3 milhões de UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) – atualmente com valor unitário de R\$ 34,26, de acordo com a gravidade e critérios pre-

vistos no Código.

A capacitação é totalmente online, interativa e o aluno pode fazê-la conforme sua disponibilidade e ritmo. O tempo máximo estimado para a conclusão do curso é de 30 horas.

As aulas da segunda turma começam no dia 1º de outubro, com módulos sobre conscientização, fluxos de atendimento e rede de proteção, agregando conteúdos didáticos nas áreas de Segurança, Saúde e Assistência.

O conteúdo foi preparado pelo Governo de São Paulo em parceria com a Univesp e a TV Cultura.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

BC aumenta projeção de crescimento do PIB de 2% para 2,9%

O Banco Central (BC) elevou a projeção para o crescimento da economia este ano. A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) passou de 2% para 2,9%, em razão, sobretudo, da “surpresa com o crescimento no segundo trimestre”. A projeção consta do Relatório de Inflação, publicação trimestral do BC, divulgado na quinta-feira (28).

Além disso, e em menor medida, o BC faz previsões “ligeiramente mais favoráveis” para a evolução da indústria, de serviços e do consumo das famílias no segundo semestre de 2023.

No segundo trimestre do ano a economia brasileira, superando as projeções, cresceu 0,9%, na comparação com os primeiros três meses, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação ao segundo trimestre do ano passado, a economia brasileira avançou 3,4%. O PIB acumula alta de 3,2% no período de 12 meses. No semestre, a alta acumulada é de 3,7%.

“A atividade econômica surpreendeu novamente no segundo trimestre”, destacou o BC no relatório, ponderando que o forte crescimento no primeiro semestre do ano se deve, em parte, a fatores transitórios. “Permaneça a perspectiva de que a atividade cresça em ritmo menor nos próximos trimestres e ao longo de 2024”, avalia.

No primeiro trimestre deste ano, o setor agropecuário puxou o crescimento do PIB de 1,9%, devido ao ótimo resultado das safras recorde de soja e milho. No segundo trimestre, os desempenhos da indústria e dos serviços explicaram também a alta do crescimento da economia.

“Os impactos diretos e indi-

retos da forte alta da agropecuária no primeiro semestre de 2023 devem se dissipar no restante do ano e, para 2024, não se projeta alta tão expressiva do setor”, avalia o BC.

Outro impulso transitório no primeiro semestre, e que não deve se repetir na mesma magnitude, segundo o relatório, foi a expansão dos benefícios previdenciários – influenciados por alta do salário mínimo e por mudanças de calendário que anteciparam pagamentos para o primeiro semestre – e de assistência social sobre a renda das famílias.

A política monetária se situa “em terreno contracionista e há a expectativa de que se mantenha assim no horizonte de previsão, ainda que esteja sendo gradualmente flexibilizada”.

“Por fim, o cenário externo mostra-se mais incerto, com perspectiva de desaceleração da atividade econômica nos países avançados, em ambiente de pressões inflacionárias persistentes, e de menor crescimento para a economia chinesa”, explicou o BC.

Na política de juros, na semana passada o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidiu reduzir a taxa básica de juros, a Selic, de 13,25% ao ano para 12,75% ao ano. O comportamento dos preços fez o BC cortar os juros pela segunda vez no semestre, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões.

Ainda assim, em ata divulgada na terça-feira (26), o Copom reforçou a necessidade de se manter uma política monetária ainda contracionista, para que se consolide a convergência da inflação para a meta em 2024 e 2025 e a ancoragem das expectativas. As incertezas nos mercados e as expectativas de inflação acima da

meta preocupam o BC e são fatores que impactam a decisão sobre a taxa básica de juros.

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação, porque a taxa causa reflexos nos preços, já que juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, evitando a demanda aquecida. Os efeitos do aperto monetário, entretanto, são sentidos no encarecimento do crédito e na desaceleração da economia. Já para incentivar a produção e o consumo, diante de preços controlados, o Copom diminuiu a Selic.

Setores

Em 2022, a economia brasileira cresceu 2,9%, após alta de 5% em 2021 e recuo de 3,3% em 2020. O setor de serviços foi o que mais contribuiu para o crescimento do PIB no ano passado. Segundo o BC, os segmentos do setor foram severamente afetados pela pandemia da covid-19, inicialmente, mas desde então apresentam trajetórias de crescimento.

Para este ano, sob a ótica da oferta, a alta na projeção de crescimento do PIB reflete elevação nas projeções para os três setores: agropecuária, indústria e serviços.

A estimativa para o crescimento da agropecuária passou de 10% para 13%, refletindo melhora nos prognósticos do IBGE para a produção agrícola, principalmente de soja, de milho e de cana-de-açúcar, e crescimento do abate de animais no primeiro semestre maior do que o antecipado.

“Apesar da contribuição bastante positiva da agropecuária para o resultado do PIB no ano, o setor deve contribuir negativamente para as variações trimestrais do PIB ao longo do segundo semestre, sobretudo no ter-

ceiro trimestre, visto que a maior parte da colheita dos produtos com os maiores crescimentos anuais ocorreu na primeira metade do ano”, explicou o BC.

Para a indústria, a previsão foi alterada de 0,7% para 2%, com melhora nos prognósticos para a construção; para a “produção e distribuição de eletricidade, gás e água”; e, especialmente, para a indústria extrativa. Nesse último componente, houve elevado crescimento da produção de minério de ferro e de petróleo na primeira metade do ano. “Tal expansão se deu em ritmo superior ao compatível com os guilhões, orientações, de produção dos principais produtores dessas commodities disponíveis à época do relatório anterior em junho”, diz o documento.

Ainda sobre a oferta, para o setor de serviços a projeção foi revista de 1,6% para 2,1%, com melhora nas previsões para todas as atividades, com exceção de comércio, bastante influenciado pelo desempenho da indústria de transformação, que segue com previsão de recuo em 2023.

“A alta da projeção reflete surpresas positivas no segundo trimestre bastante disseminadas, bem como a ligeira melhora nos prognósticos para as variações trimestrais das atividades do setor terciário no segundo semestre”, explicou a autoridade monetária.

Com relação aos componentes domésticos da demanda, houve alta nas projeções para o consumo das famílias de 1,6% para 2,8% e para o consumo do governo, de 1% para 1,8%. Para a formação bruta de capital fixo (investimentos) das empresas o recuo previsto passou de 1,8% para 2,2%.

A projeção para a variação das exportações este ano foi revisa-

da de 3,7% para 6,7%, repercutindo, principalmente, prognósticos mais favoráveis para os embarques de produtos agropecuários e da indústria extrativa. A previsão para as importações continuou sendo de estabilidade em relação ao ano anterior.

Previsão para 2024

Pela primeira vez, o BC apresentou a previsão de crescimento do PIB para 2024, de 1,8%, com variações nos componentes da oferta e da demanda mais homogêneas do que as previstas para este ano.

Pelo lado da oferta, agropecuária, indústria e serviços devem crescer, respectivamente, 1,5%, 2% e 1,8%.

Na demanda doméstica, as taxas de variação esperadas para o consumo das famílias, o consumo do governo e a formação bruta de capital fixo são 1,9%, 1,5% e 2,1%, respectivamente.

Exportações e importações de bens e serviços devem crescer 1,5% e 1,6%, respectivamente.

Inflação

A previsão de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para este ano se manteve em 5%, a mesma do relatório de junho. Para isso, o BC projeta cenário com taxa básica de juros em 11,75% ao ano e câmbio em R\$ 4,90.

Para 2024 e 2025, a expectativa é que o IPCA fique em 3,5% e 3,1%, respectivamente. Nessa trajetória, a taxa Selic chega ao final de 2024 e 2025 em 9% e 8,5% ao ano, respectivamente.

O relatório destaca que a chance de a inflação oficial superar o teto da meta este ano subiu de 61% no relatório de junho para 67% agora em setembro.

A meta para este ano, defini-

da pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 3,25% de inflação, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Para 2024 e 2025, o CMN estabeleceu meta de 3% para o IPCA, nos 2 anos, com o mesmo percentual de tolerância.

“Na comparação com o Relatório de Inflação anterior, no cenário de referência, as projeções de inflação tiveram poucas alterações. Vários fatores atuaram para cima e para baixo, mas tenderam em boa medida a se compensarem”, explicou o BC.

Os principais fatores de revisão para cima são a trajetória mais baixa da taxa Selic da pesquisa Focus; a forte subida do preço do petróleo; e os indicadores de atividade econômica mais fortes do que o esperado. Já as revisões para baixo são influenciadas pela inflação observada recentemente menor do que a esperada e pela queda das expectativas de inflação.

“Quando se consideram os grupos de preços livres e administrados, na comparação com o relatório anterior, destaca-se o movimento oposto entre preços livres e administrados. Em particular, para 2023, houve queda significativa na projeção da inflação de preços livres, puxada principalmente por alimentação no domicílio, e forte aumento na projeção para administrados, impactada pelo acentuado crescimento do preço do petróleo”, diz o relatório do BC.

As previsões do mercado estão mais otimistas que as oficiais. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com substituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,86%. (Agência Brasil)

IGP-M registra inflação de 0,37% em setembro

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou inflação de 0,37% em setembro deste ano. É a primeira alta de preços do indicador desde março deste ano. Em agosto deste ano, havia sido apurada uma deflação (queda de preço) de 0,14%. Em setembro de 2022, a

deflação havia sido de 0,95%.

Mesmo com a inflação de setembro, o indicador, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acumula taxas de deflação de 4,93% neste ano e de 5,97% em 12 meses.

Segundo o coordenador de Índices de Preços da FGV, An-

dré Braz, os índices de preços ao produtor e ao consumidor foram afetados fortemente pelo aumento dos preços dos combustíveis, ocorrido em 16 de agosto.

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede o atacado, teve inflação de 0,41% em setem-

bro, ante o -0,17% do mês anterior. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, passou de -0,19% em agosto para 0,27% em setembro.

Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) variou 0,24%, a mesma taxa do mês anterior. (Agência Brasil)

Contas externas devem ter déficit de US\$ 36 bilhões

A projeção do Banco Central (BC) para o saldo das contas externas deste ano teve melhora. A previsão de déficit para as transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países, passou de US\$ 45 bilhões para US\$ 36 bilhões.

As informações são do Relatório de Inflação, publicação trimestral do BC, divulgado na quinta-feira (28). “Espera-se, tanto para o ano corrente como para o seguinte, um cenário favorável, caracterizado por robustos superávits na balança comercial, déficits baixos na conta de transações correntes e entradas líquidas de investimento direto no país (IDP) em valor superior ao déficit em conta corrente”.

A redução do déficit projetado vem, principalmente, da melhora do saldo comercial, de R\$ 54 bilhões para R\$ 68 bilhões, com aumento do valor das exportações, de US\$ 335 bilhões para US\$ 341 bilhões, e redução do valor das importações de US\$ 281 bilhões para US\$ 273 bilhões.

A revisão na projeção de valor exportado no ano reflete principalmente o maior volume embarcado de produtos básicos, especialmente petróleo e minério de ferro. Os embarques esperados para o ano de commodities agrícolas, como soja e milho, também subirão diante da safra recorde de grãos. “A projeção considera ainda volume exportado ligeiramente menor do que anteriormente esperado para o

ano no tocante aos produtos manufaturados e semimanufaturados, incorporando dados mais recentes da balança comercial”, explicou o BC.

Já nas importações, a revisão incorpora recuo mais acentuado dos preços, principalmente para bens intermediários e bens de consumo duráveis. O volume importado, também revisado negativamente, incorpora a desaceleração da recuperação em bens intermediários, além de moderação nas importações de combustíveis, resultando em maior retração das importações totais em relação ao ano anterior.

O déficit esperado da conta de serviços foi mantido em US\$ 36 bilhões, abaixo do registrado em 2022, de US\$ 40 bilhões. “A ligeira redução nos déficits das subcontas de transporte e viagens tem sido compensada pelo aumento dos gastos com outros serviços, como aluguel de equipamentos. Além disso, a inclusão das despesas com jogos e apostas favorece o aumento do déficit dessa conta”, diz o relatório.

Para a conta de renda primária, a projeção de déficit foi revista para cima, com maiores despesas líquidas com juros e, principalmente, lucros e dividendos, que devem igualar a marca do ano anterior, a maior em 10 anos.

“A nova projeção incorpora desempenho mais forte que o esperado de setores como agropecuária e indústria extrativa, além de queda nas receitas com investimentos no exterior. A projeção de gastos líquidos com juros, também majorada, reflete

perspectiva de aumento em comparação a 2022 em razão dos maiores patamares das taxas básicas de juros nos países desenvolvidos”, explicou o BC.

Assim, a previsão do déficit em renda primária passou de US\$ 63 bilhões para US\$ 69 bilhões. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do país – do que de brasileiros no exterior.

Investimento estrangeiro

Na conta financeira, segundo o BC, apesar do início de ano forte, continuando a tendência do ano passado, dados mais recentes incorporados à projeção ficaram abaixo do esperado. Assim, a estimativa de IDP em 2023 foi reduzida de US\$ 75 bilhões para US\$ 65 bilhões, equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país).

“No entanto, espera-se redução nas amortizações de empréstimos intercompanhia, que podem ter sido favorecidas pelas receitas advindas do comércio internacional de bens no primeiro semestre”, acrescentou o BC.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo.

Para os investimentos em car-

reira, a projeção foi revisada de neutralidade para entradas líquidas de US\$ 10 bilhões. “Além do saldo positivo concentrado em títulos, observado no ano até julho, a revisão em relação ao relatório anterior [de junho] reflete melhora no ambiente para emissões de títulos no exterior, com redução da incerteza fiscal, resiliência maior que a esperada da atividade doméstica e estoque reduzido de títulos emitidos em moeda estrangeira, em relação ao pré-pandemia”, explicou o BC.

Previsão para 2024

Pela primeira vez, o BC apresentou a previsão para 2024 para as contas externas do país, de US\$ 37 bilhões.

As projeções consideram avanço nas exportações maior do que nas importações em relação a este ano, com perspectiva de estabelecimento novo recorde de saldo comercial, US\$ 71 bilhões.

“A redução correspondente no déficit em transações correntes, no entanto, deve ser compensada por aumento do déficit de serviços, US\$ 40 bilhões, enquanto as despesas de renda primária devem ser ligeiramente menores, US\$ 68 bilhões”, explicou o BC.

O IDP deve atingir US\$ 75 bilhões, equivalente a 3,2% do PIB, “convergindo para patamar compatível com o pré-pandemia, em termos percentuais do PIB”. Para os investimentos em carteira, esperam-se novas entradas líquidas, em magnitude semelhante a deste ano, de US\$ 10 bilhões. (Agência Brasil)

Paraná terá R\$ 1,2 mi da União para implantação de espaços de ciência e tecnologia

O Paraná receberá R\$ 1,2 milhão do governo federal para a implantação de espaços de lazer associados à ciência nos municípios de Foz do Iguaçu e Toledo, no Oeste do Estado, e Maringá, na região Noroeste. Um dos projetos aprovados na chamada pública, no valor de R\$ 299,9 mil, é da Universidade Estadual de Maringá (UEM) para a construção de uma praça de observação astronômica e um novo planetário no campus-sede da instituição.

Os recursos desse edital são oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e destinados ao programa Praças da Ciência, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Ao todo, 14 estados e o Distrito Federal receberam subsídios desse programa, sendo o Paraná o quarto em valor e quantidade de projetos aprovados, atrás somente de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, nessa ordem. O montante soma R\$ 20 milhões.

Além da UEM, foram selecionados projetos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Toledo; do Parque Tecnológico Itaipu (PTI) e do Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação (Itai), ambos em Foz do Iguaçu. O intuito é disponibilizar para a população espaços interativos de lazer e cultura, que explorem temas relacionados às diferentes áreas do conhecimento.

Denominada Praça do Céu, o novo espaço científico da UEM será construído entre o Museu Dinâmico Interdisciplinar (Mudi) e a Estação Meteorológica. No local, será possível observar, com telescópios e a olho nu, planetas, estrelas e outros corpos celestes, como asteroides, meteoroides, cometas e satélites naturais. O novo planetário terá cúpula com sete metros de diâmetro, projeção digital e acomodação para até 80 pessoas. A estrutura do planetário atual tem cúpula de seis metros de diâmetro e projeção analógica.

O coordenador do projeto, professor Marcos Cesar Dahnioni Neves, do Departamento de Física da UEM, destaca a importância das ações de popularização da ciência para a difusão do conhecimento.

“A divulgação científica torna o conhecimento acessível e compreensível, estimulando o interesse, a curiosidade e a reflexão dos públicos não especializados sobre os impactos da ciência na sociedade”, afirma Neves. “A divulgação científica influencia diretamente no desenvolvimento econômico e social, a partir da transferência de tecnologia nas mais diversas áreas, como saúde, meio ambiente, energia, alimentação e educação”.

O projeto arquitetônico dos novos espaços da UEM envolve mais R\$ 400 mil, somando quase R\$ 700 mil. Os recursos complementares estão em fase de liberação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), instituição de incentivo à pesquisa, ligada ao MCTI. A expectativa é que as obras comecem no início de 2024, com previsão de um ano para conclusão dos serviços e inauguração em 2025.

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) apoia uma série de ações de divulgação científica em universidades públicas e privadas. O Fundo Paraná de fomento científico e tecnológico é o principal instrumento para viabilizar o apoio em áreas estratégicas, como agricultura e agronegócios, biotecnologia e saúde, energias renováveis, cidades inteligentes e sociedade, educação e economia. Os projetos também se baseiam em transformação digital e desenvolvimento sustentável.

Em 2023, o orçamento do Fundo Paraná foi ampliado para R\$ 411 milhões, o que representa um incremento de 325% em relação ao ano anterior, quantos estavam previstos, inicialmente, R\$ 96,7 milhões na Lei Orçamentária Anual (LOA). A dotação tem amparo no artigo 205 da Constituição Estadual, sendo constituída, anualmente, por 2%, no mínimo, da receita tributária do Estado. (AENPR)



Aldéia da Colina Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
 CNPJ/MF nº 11.365.0001-91 - NIRE 35.221.027.032

Em 27.09.2023, na sede da Sociedade. **Presença:** Totalidade dos Sócios. **Mesa:** Presidente: Rafaela Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Delva Gomes de Almeida. **Deliberações:** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 5.19.570,00 para R\$ 794.570,00, para o qual se realizou a consequente alteração do Contrato Social, bem como a consequente publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Tamoios Empreendimentos Imobiliários Ltda.
 CNPJ/MF nº 09.086.865/0001-97 - NIRE 35.221.811.736

Em 27.09.2023, na sede da Sociedade. **Presença:** Totalidade dos Sócios. **Mesa:** Presidente: Rafaela Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Delva Gomes de Almeida. **Deliberações:** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 24.925.713,00 para R\$ 12.029.025,00, para o qual se realizou a consequente alteração do Contrato Social, bem como a consequente publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

SYN Magnólia Empreendimentos Imobiliários Ltda.
 CNPJ/MF nº 10.551.329/0001-02 - NIRE 35.222.881.461

Em 27.09.2023, na sede da Sociedade. **Presença:** Totalidade dos Sócios. **Mesa:** Presidente: Thiago Kiyoshi Vieira Muramatsu, Secretária: Alessandra de Lima Penido. **Deliberações:** Aprovadas: 1. Com fundamento no artigo 1082, inciso II, do Código Civil, a redução do capital social em R\$ 18.469.000,00, mediante o cancelamento de 18.469.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, todas de propriedade da sócia SYN Prop e Tech S.A., a qual receberá, com a anulação da sócia CCP Participações Ltda., o valor de R\$ 18.469.000,00 referente ao cancelamento das quotas. 2. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários para a restituição dos valores devidos em razão da redução de capital. **Encerramento:** Nada mais. **Mesa:** Presidente: Thiago Kiyoshi Vieira Muramatsu, Secretária: Alessandra de Lima Penido. **Sócios:** SYN Prop e Tech S.A. e CCP Participações Ltda. São Paulo, 27.09.2023. **Alessandra de Lima Penido** - Secretária

MICONIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
 CNPJ/MF nº 11.571.0001-70 - NIRE 35.223.348.505

Extrato da Ata de Reunião de Sócios em 27.09.2023
Dada, hora, local: 27.09.2023, às 10h, na sede. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Thiago Kiyoshi Vieira Muramatsu, Secretária: Alessandra de Lima Penido. **Deliberações:** Aprovadas: 1. Com fundamento no art. 1082, inciso II, do Código Civil, a redução do capital social em R\$ 42.526.000,00, mediante o cancelamento de 42.526.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, todas da sócia SYN Prop e Tech S.A., a qual receberá, com a anulação da sócia CCP Participações Ltda., o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 2. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários para a restituição dos valores devidos em razão da redução de capital. **Encerramento:** Nada mais. **São Paulo, 27.09.2023. Mesa:** Presidente: Thiago Kiyoshi Vieira Muramatsu, Secretária: Alessandra de Lima Penido. **Sócios:** SYN Prop e Tech S.A. e CCP Participações Ltda.

Econ Construtora e Incorporadora Ltda.
 CNPJ/MF nº 04.580.953/0001-27 - NIRE 35.217.005.291

Extrato da Ata de Reunião de Quotistas de 31/08/2023
 Realizada em 31/08/2023, às 11h10 na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada devido à presença da única sócia representado a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah; e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** Autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R\$ 100.000.000,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R\$ 63.488.000,00 sendo, portanto, uma redução de R\$ 36.512.000,00, com o cancelamento de 36.512.000 quotas da Sociedade, e a restituição à Sócia, observada a respectiva porcentagem de participação no capital social e da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 31/08/2023. **Mesa:** Gilberto Farah - Presidente; Fausto Rodrigues Bianco - Secretário.

Prevident Assistência Odontológica S.A.
 CNPJ nº 56.269.913/0001-62

Relatório da Administração: Preços Cotistas & Clientes - A administração da Prevident Assistência Odontológica S.A. submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Contábeis relativas aos Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 em conformidade com dispositivos legais, estatutários e a regulamentação da ANS. **Visão Geral da Companhia & Mercado de Atuação:** A Prevident tem por objetivo social a operação de planos privados de assistência odontológica. A Companhia conta com uma rede credenciada com mais de 10.000 opções de atendimento distribuídos geograficamente de acordo com a concentração de seus clientes. **Performance Operacional Financeira:** A empresa apresentou um aumento de 14,2 milhões de Reais de Receita Operacional Líquida comparado com exercício de 2021. O aumento de Receita não gerou aumento de lucratividade devido, principalmente, ao aumento da Sinistralidade em R\$ 5,5 milhões de Reais e despesas comerciais no valor de R\$ 5,6 milhões de reais. **Perspectivas:** A Companhia possui boas perspectivas de crescimento no mercado de planos exclusivamente odontológicos para 2023, continuaremos acelerando nossa expansão comercial em âmbito nacional e gestão diferenciada no relacionamento com clientes, credenciados e parceiros comerciais. A Empresa seguirá investindo na capacitação dos seus funcionários, investindo em tecnologia, instalações e inovações que aumentem a satisfação de nossos clientes e gerem sustentabilidade ao crescimento de nossos negócios. O programa de credenciamento está orientado ao crescimento, dimensionamento e especialização de acordo com as necessidades das empresas e beneficiários. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A MB Auditores Independentes S.S. é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das Demonstrações Contábeis. A Administração não possui qualquer serviço prestado aos auditores.

Balancos Patrimoniais - 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Ativo Circulante		17.709	15.064	Passivo Circulante		10.522	7.093
Disponível		11	567	Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde		1.999	2.385
Realizável		17.697	14.438	Provisão de Contraprestações	11	220	182
Aplicações Financeiras	4	2.872	2.910	Provisão de Contraprestações Não Ganhadas		220	182
- Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		2.592	2.171	Prov. de Eventos a Liquidar Outros Prestadores	11	1.356	1.646
- Aplicações Livres		280	739	Prov. de Eventos Ocorridos e Não		4	
Créditos de Operações e Planos de Assist. à Saúde		3.541	6.236	Provisão de Contraprestações		4	
- Contraprestação Pecuniária a Receber	5	3.541	6.236	Provisão de Contraprestações Não Ganhadas		4	
- Créditos Tributários e Previdenciários	6	2.640	2.639	Prov. de Eventos a Liquidar Outros Prestadores	11	1.356	1.646
- Bens e Títulos a Receber	7	8.645	2.655	Provisão de Eventos Ocorridos e Não		4	
Ativo Não Circulante		12.972	14.152	Ativos Indenizáveis Líquidos		1.320	573
Realizável a Longo Prazo		12.886	14.095	- Eventos Ocorridos ou Agravados		1.320	573
- Títulos e Créditos a Receber	8	11.525	11.780	- Eventos Ocorridos e Não Agravados		133	(228)
- Ativo Fiscal Diferido		1.361	2.316	(+) Resultado das Operações com Planos de Assist.		24.466	15.368
Imobilizado		9	76	(-) Outras Rec. / Desp. Operacionais		255	(369)
- Imobilizável em UO Próprio		9	76	(-) Outras Desp. Oper. de Planos de Assist. à Saúde		14	(24)
- Não Hospitalares / Odontológicos		9	76	Provisão para Perdas de Crédito		269	(345)
Intangível		10	12	(-) Resultado Líquido		24.721	14.999
Total Ativo		30.680	29.159	(-) Despesas Comercialização	18.1	(13.367)	(7.763)
				(-) Despesas Administrativas	18.2	(12.395)	(7.892)
				Resultado Operacional		(1.042)	(69)
				Resultado Financeiro		89	(672)
				Receita Financeira		219	9
				Despesa Financeira		(130)	(681)
				(+) Resultado Antes dos Impostos e Participações		(953)	(1.328)
				(-) Impostos Diferidos		(955)	(955)
				(+) Resultado Líquido		(1.908)	(2.282)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social		Reservas de Lucro		Prejuízos Acumulados	Total
	2022	2021	2022	2021		
Saldos em 31/12/2020	29.278	213	(6.192)	23.299		
Resultado Líquido do Período	-	-	(2.282)	(2.282)		
Saldos em 31/12/2021	29.278	213	(8.474)	21.017		
Resultado Líquido do Período	-	-	(1.908)	(1.908)		
Saldos em 31/12/2022	29.278	213	(10.382)	19.109		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

I. Contexto Operacional: A Sociedade foi constituída em 07 de agosto de 1986, com sede no município de São Paulo e filiais em Florianópolis, Guarulhos, Campo Grande, Fete de Santana, Belém, Canoas, João Pessoa, Manaus, Recife, São Luiz e Vitória e tem como objetivo social a intermediação de prestação de serviços de odontologia preventiva e assistencial.

3. Principais Atividades: (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. (b) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas e pronunciamentos do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outros similares. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. (c) **Aplicações Financeiras:** São demonstradas asceridas dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

4. Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria correspondem às aplicações financeiras classificadas como ativos circulantes. (e) **Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde:** As contraprestações pecuniárias a receber das operações de planos de saúde correspondem aos valores das Faturas a Receber dos associados dos planos comercializados pela Empresa. (f) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valores suficientes para cobrir eventuais perdas desses créditos, e é constituída seguindo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos acima de 90 dias para contratos de pessoa jurídica e acima de 60 dias para contratos de pessoa física, em consonância com as determinações da ANS, considerando toda a carteira do cliente. As perdas com clientes foram registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado do exercício. A provisão para perda sobre créditos é constituída segundo orientações do CPC 48, nos quais as perdas com clientes são registradas na conta "Provisão para Perdas sobre Crédito" no resultado do exercício. (g) **Imobilizado:** O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e considera os efeitos da reavaliação espontânea de bens do imobilizado, efetuada em exercícios anteriores. Nesses exercício, para os Bens Móveis não foram realizados testes de recuperabilidade de seus ativos (Impairment), conforme Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 01, por não haver indicio de desvalorização do Imobilizado. A depreciação foi calculada às taxas constantes nas tabelas constantes na legislação fiscal, com base na vida útil dos bens. (h) **Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros:** Com base no CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Administração revisa anualmente o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangível, para fins de determinar a necessidade de provisão sobre esses valores, em caso de não recuperabilidade. Para esse caso os bens permanecem com o valor contábil adequado. (i) **Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde:** Refere-se aos valores nominais decorrentes de serviços odontológicos prestados pela rede credenciada no atendimento aos associados dos planos de assistência odontológica comercializados pela Empresa, e registrados pelo valor das contas odontológicas conhecidas até dezembro de 2020. Os valores de Eventos são pagos, em sua maioria, dentro do próprio mês de aviso. (j) **Provisões técnicas de operações de assistência odontológica:** Foram constituídas, mensalmente, de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209/2009 e alterações, da Agência Nacional de Saúde Suplementar. (k) **Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados com base nos critérios a seguir: **Contingências Ativas** - Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências Passivas** - São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado no opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como Perdas Possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como Perda Remota, não requerem provisão ou divulgação. (l) **Aparação do Resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas de acordo com o regime de competência. As contraprestações emitidas de planos de assistência à saúde são contabilizadas com base em relatórios de faturamento, na data de competência da cobertura dos planos. (m) **Contratos de Planos de Assistência Odontológica:** A empresa efetuou o processo de classificação de todos os contratos de planos de assistência odontológica com base no período de cobertura do primeiro ao último dia de cada mês, sendo assim, os contratos pessoa jurídica têm início de vigência programada, transferindo sua cobertura sempre para o primeiro dia do mês subsequente.

9. Imobilizado
Imobilizado
 Instalações 20% 11 11
 Máquinas e Equipamentos 10% 75 75
 Equipamentos de Informática 20% 309 270
 Móveis e Utensílios 10% 180 180
 Direito de Uso de Imóveis 50% - -
 (-) Depreciação Acumulada (498) (487)
Saldo **76** **48**

10. Intangível
Intangível
 Sistemas Aplicativos Softwares 20% 651 649
 (-) Amortização Acumulada (641) (637)
Saldo **10** **12**

11. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde
 As provisões técnicas estão compostas por:
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde **2022** **2021**
 Provisão de Contraprestação Não Ganhadas 1.256 1.256
 Provisão de Eventos a Liquidar Outros Prestadores 2.30 1.646
 Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA 423 556
Saldo **1.999** **2.385**

A ANS publicou em 22/12/2009 e RN nº 209, alterada pelas RNS nº 227 e 243/10, RN 246/11 e RN 313/12, que estabelece as regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo, dentre outros. A provisão está devidamente garantida por uma aplicação financeira (Nota 04). O cálculo utilizado para a constituição da PEONA é a Nota Técnica Atuarial PEONA (NTAP) desde 28/02/2013, aprovada através do Ofício 337/2013, com data contábil vigente em 12/2014.

12. Débitos de Operações de Assistência à Saúde **2022** **2021**
 Comercialização sobre Operações **6.417** **3.447**
Saldo **6.417** **3.447**

Valor referente à comissão a pagar sobre planos empresariais.
Jacinto Bruno Saggioli - Contador - CRC 15P234266/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou ou o necessários para a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercizamos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causa da por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações de fato comparativas, foram por nós examinadas, com Relatório de Administração, da base contábil de informação operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório de Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 28 de março de 2022. Bebudozo (SP), 31 de março de 2023. MB Auditores Independentes Sociedade Simples - CNPJ 03.805.426/0001-00 - CRC - 25P021390/7-0. Marcelo Bock - Contador CRC - 15P128.524/O-0 - CVM 11207.

Equação Contábil - CRC 25P021218/O-4

Rede	Individuais		Coletivos		Total
	Familiares	Empresariais	Fam. Pós-LT	Emp. Pós-LT	
Rede Contratada	2.391	14.453	16.844		

20. Despesas Patrimoniais - Ágio: A Companhia em 2019 amortizou o valor total do ágio no montante de R\$ 14.038.616,53, em função da incorporação reversa da LPS Dental Ltda. Dessa baixa, foi considerado dedutível para apuração do IRPJ e CSLL, o valor de R\$ 1.637.838,58, referente a 6 de 60 avos de lucro, os 54 avos são controlados na parte B da LALLUR, e serão compensados nos exercícios seguintes. 21. **Partes Relacionadas:** A Companhia não possui operações com partes relacionadas, a Administração entende que quando houver, essas devem ser negociadas em condições semelhantes àquelas aplicadas entre partes não relacionadas as quais contratassem com base em sua livre vontade e em seu melhor interesse.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita de Contraprestações Efetivas		41.177	26.926
- Receitas com Operações de Assistência à Saúde		43.005	28.160
- Contraprestações Líquidas		43.005	28.160
- Tributos Diferidos de Oper. com Planos de Assist.		(1.829)	(1.234)
(-) Eventos Indenizáveis Líquidos		(16.711)	(11.557)
- Eventos Ocorridos ou Avisados		(16.844)	(11.330)
- Var. da Prov. de Eventos Ocorridos e Não Avisados		133	(228)
(+) Resultado das Operações com Planos de Assist.		24.466	15.368
(-/-) Outras Rec. / Desp. Operacionais		255	(369)
(-) Outras Desp. Oper. de Planos de Assist. à Saúde		14	(24)
- Outras Desp. Oper. de Planos de Assist. à Saúde		14	(24)
Provisão para Perdas de Crédito		269	(345)
(-) Resultado Bruto		24.721	14.999
- Despesas Comercialização	18.1	(13.367)	(7.763)
- Despesas Administrativas	18.2	(12.395)	(7.892)
Resultado Operacional		(1.042)	(69)
Resultado Financeiro		89	(672)
Receita Financeira		219	9
Despesa Financeira		(130)	(681)
(+) Resultado Antes dos Impostos e Participações		(953)	(1.328)
- Impostos Diferidos		(955)	(955)
(+) Resultado Líquido		(1.908)	(2.282)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Atividades Operacionais		
- Receitas dos tributos e contribuições a recolher	45.745	26.299
- Resgate de Aplicações Financeiras	35.356	18.582
- Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(15.350)	(9.984)
- Pagamentos de Comissões	(10.307)	(4.177)
- Pagamentos de Pessoal	(4.003)	(4.126)
- Pagamentos de Serviços Terceiros	(10.504)	(6.004)
- Pagamentos de Tributos	(2.925)	(1.671)
- Pagamentos de Promoção/Publicidade	(231)	(233)
- Aplicações Financeiras	(35.226)	(16.659)
- Outros Pagamentos Operacionais	(3.110)	(1.476)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(555)	550

Atividades de Investimento
Caixa Líquido das Atividades de Investimento
Atividades de Financiamento
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento
Variação Líquida do Caixa (555) 550
 Caixa - Saldo Inicial 567 16
 Caixa - Saldo Final 11 567

Declarações do Imposto de Renda na malha fina chegam a 1,36 milhão

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprova o Desenrola Brasil

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou por unanimidade o Projeto de Lei (PL) 2.685/2022, que institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes, conhecido como Desenrola Brasil.

O projeto estabelece normas para facilitação de acesso a crédito, redução dos riscos de inadimplência e de superendividamento de pessoas físicas, além de tratar da renegociação de dívidas e limitar os juros do pagamento rotativo do cartão de crédito.

A matéria segue agora, em caráter emergencial, para apreciação do plenário do Senado. A expectativa é que o texto seja votado na segunda-feira (2), uma vez que, na terça (3), a medida provisória que criou o programa perderá a validade.

Segundo o relator do projeto na CAE, senador Rodrigo Cunha (Podemos -AL), o problema da inadimplência e da consequente falta de crédito para aqueles que não conseguem saldar suas dívidas vai além das pessoas físicas, atingindo também empresas, uma vez que, sem crédito, o cidadão deixa de consumir.

Em defesa da aprovação do projeto, o senador Jaques Wagner (PT-BA) lembrou que boa parte das dívidas que tornam os brasileiros inadimplentes são pelos serviços de luz e água. Segundo o Ministério da Fazenda, o Desenrola Brasil terá validade até 31 de dezembro deste ano. Até lá, a expectativa é de que o programa beneficie até 70 milhões de pessoas.

Estão previstas algumas condições para a participação no programa. No caso dos devedores, eles terão de pagar seus débitos por meio da contratação de uma nova operação de crédito, a ser feita com agente financeiro habilitado ou com recursos próprios.

Já os credores precisam oferecer descontos e retirar dos cadastros de inadimplentes as dívidas negociadas. Aos agentes financeiros, caberá executar o financiamento das operações de crédito por meio de recursos próprios.

Faixa 1

Estão previstas duas faixas de público a ser beneficiado pelo programa. A Faixa 1 é voltada para pessoas com renda mensal de até dois salários mínimos ou que estejam inscritas no Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com dívidas de até R\$ 5 mil contraídas até 31 de dezembro de 2022.

Estima-se que haja cerca de 43 milhões de pessoas nessa situação, com uma dívida total de aproximadamente R\$ 50 bilhões, conforme informado pelo governo federal. Os débitos poderão ser quitados de duas formas: pagamento à vista ou por financiamento bancário, em até 60 parcelas mensais de pelo menos R\$ 50. Nesse caso, a taxa de juros é de 1,99% ao mês.

Famílias e credores precisam se inscrever em uma plataforma na internet. O público deve participar de um programa de educação financeira e os credores devem se submeter a um leilão eletrônico para oferecer descontos às famílias. O governo garante a quitação da dívida para o vencedor do leilão — aquele que oferecer o maior desconto.

Faixa 2

A Faixa 2 é voltada para pessoas com dívidas de até R\$ 20

mil. As instituições financeiras podem oferecer aos clientes a possibilidade de renegociação de forma direta ou pela plataforma do Desenrola Brasil. Em troca de descontos nas dívidas, o governo oferece aos bancos incentivos regulatórios para que aumentem a oferta de crédito.

O projeto estabelece condições para que bancos públicos ou privados participem como credores no leilão de descontos, caso tenham volume de captações superior a R\$ 30 bilhões. Uma das condições é reduzir permanentemente os cadastros de inadimplentes com dívidas de valor igual ou inferior a R\$ 100.

Dívidas que não se enquadram nas duas faixas podem ser quitadas por meio da plataforma digital do programa. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil devem prestar instruções de forma presencial e gratuita aos devedores que tiverem dificuldade em acessar a plataforma.

Primeira etapa

Aberta em julho, a primeira etapa do Desenrola, destinada à Faixa 2, renegociou R\$ 13,2 bilhões de 1,9 milhão de contratos até o último dia 18. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), isso equivale a 1,6 milhão de clientes, já que um correntista pode ter mais de uma dívida.

Além disso, 6 milhões de pessoas que tinham débitos de até R\$ 100 tiveram o nome limpo. Nesse caso, as dívidas não foram extintas e continuam a ser corrigidas, mas os bancos retiraram as restrições para o devedor, como assinar contratos de aluguel, contratar novas operações de crédito e parcelar compras em crédito. A desnegativação dos nomes para dívidas nessa faixa de valor era condição necessária para os bancos aderirem ao Desenrola.

Segunda etapa

A segunda etapa do Desenrola teve início no dia 25. Até o dia quarta-feira (27), 709 credores participaram de leilão de descontos em um sistema desenvolvido pela bolsa de valores brasileira.

As empresas credoras estão agrupadas em nove setores: serviços financeiros; securitizadoras; varejo; energia; telecomunicações; água e saneamento; educação; micro e pequena empresa, educação.

Quem oferecer os maiores descontos será contemplado com recursos do Fundo de Garantia de Operações (FGO). Com R\$ 8 bilhões do Orçamento da União, o fundo cobrirá eventuais calotes de quem aderir às renegociações e voltar a ficar inadimplente. Isso permite às empresas conceder abatimentos maiores no processo de renegociação.

Destinada à Faixa 1 do programa, a segunda etapa do Desenrola pretende beneficiar até 32,5 milhões de consumidores com o nome negativado que ganham até dois salários mínimos. Em tese, só poderão ser renegociadas dívidas de até R\$ 5 mil, que representam 98% dos contratos na plataforma e somam R\$ 78,9 bilhões.

No entanto, caso não haja adesão suficiente, o limite de débitos individuais sobe para R\$ 20 mil, que somam R\$ 161,3 bilhões em valores cadastrados pelos credores na plataforma. (Agência Brasil)

Pouco mais de 1,3 milhão de contribuintes caíram na malha fina do Imposto de Renda neste ano, informou a Receita Federal. Um total de 1.366.778 declarações do Imposto de Renda foram retidas. O número equivale a 3,1% das 43.481.995 declarações do exercício de 2023 enviadas de março a setembro.

Do total de declarações retidas, 954.814 têm imposto a restituir, representando 69,9% do total incluído na malha fina. Outras 386.102 (28,2%) têm imposto a pagar e 25.962 (1,9%) estão com saldo zero (nem a pagar, nem a restituir).

Segundo a Receita, problemas de dedução foram o principal motivo da retenção das declarações, com 58,1% dos casos. Somente erros ou omissões com gastos médicos responderam por 42,3% do total de motivos para retenção. De acordo com o Fisco, outras despesas com problemas de dedução são contribui-

ções para a previdência oficial ou previdência privada e pagamento de pensão alimentícia.

Em segundo lugar, com 28,6%, está a omissão de rendimentos. Entre os rendimentos não informados, estão salários, ações judiciais e rendimento de aluguel.

Divergências entre os valores de Imposto de Renda retidos na fonte e os declarados pela pessoa física, além de outros itens relacionados à declaração, representam 10% das retenções. Outros 4,3% são motivados por deduções do imposto devido, recebimento de rendimentos acumulados e divergência de informação sobre pagamento de carnê-leão ou imposto complementar.

Retificação

Nesta semana, a Receita começou a enviar 400 mil correspondências para contribuintes com declarações na malha fina. O objetivo é avisar que, em caso de erro na declaração apresenta-

da, este é o momento para autorregularizar a situação.

A Receita aconselha os contribuintes incluídos na malha fina a conferir o extrato, para verificar a pendência e retificar a declaração. O extrato pode ser conferido no Centro de Atendimento Virtual (e-CAC) da Receita Federal. Para ter acesso ao site, o contribuinte deve informar ou o certificado digital (se tiver um), ou o login no Portal Gov.br ou digitar número do CPF/CNPJ, o código de acesso e a senha.

Ao entrar no e-CAC, o contribuinte deve clicar no link "Meu Imposto de Renda", no lado esquerdo da tela. Em seguida, aparece uma linha do tempo com as últimas declarações entregues. Basta verificar a declaração de 2022 para conferir se o documento caiu na malha fina e o motivo da pendência.

O contribuinte tem então três opções para resolver o problema. Uma delas é fazer a correção por

meio de uma declaração retificadora, sem multa ou penalidade. A declaração será processada e voltará para a fila de restituições, sendo paga no lote residual seguinte.

Caso o contribuinte seja intimado ou notificado pela Receita Federal, não será mais possível retificar a declaração. Nesse caso, é possível apresentar, de forma virtual, todos os comprovantes e documentos que atestem os valores declarados e apontados como pendência.

O Processo Digital para a Malha Fiscal deve ser aberto no site do e-CAC. Basta o contribuinte entrar no espaço "Onde encontro" e consultar o campo "Malha Fiscal - Atendimento". Caso não queira enviar os documentos com antecedência, o contribuinte pode aguardar comunicado da Receita com o detalhamento dos documentos que precisam ser apresentados e um prazo de entrega. (Agência Brasil)

Governo define limite para prestações do Minha Casa, Minha Vida

A partir de agora, os participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, das faixas 1 e 2 nas modalidades urbana, rural e entidades sem fins lucrativos, pagando parcelas máximas entre 10% e pouco menos de 15% da renda familiar na participação financeira do imóvel. As novas regras foram publicadas na quinta-feira (28) pelo Ministério das Cidades, no Diário Oficial da União.

Os beneficiários que têm renda familiar de até R\$ 1.320 contribuirão com o valor do imóvel pagando parcelas de até 10% da renda familiar, sendo a prestação mínima de R\$ 80. Para os beneficiários com renda familiar entre R\$ 1.320 e R\$ 4.400, as parcelas serão limitadas a 15%, menos R\$ 66 desse valor. Os pagamentos dos imóveis pelos beneficiários serão feitos em até cinco anos,

ou seja, em 60 parcelas.

A participação financeira do beneficiário é um dos valores que garantem o pagamento dos imóveis que integram o Minha Casa, Minha Vida. O governo, por meio do Fundo de Arrendamento Residencial, Fundo de Desenvolvimento Social, do Programa Nacional de Habitação Urbana, participa com o subsídio de uma parte do valor total, que, a partir de agora, passa a ser o saldo restante do bem, para essas faixas de renda familiar em casos de habitações urbanas. As aquisições pelas modalidades rural e entidades sem fins lucrativos poderão ter as mesmas condições, em até 10% do total das unidades habitacionais contratadas pelo programa.

Ao participar, na quinta-feira (28), do Fórum Norte Nordeste da

Indústria da Construção, o ministro das Cidades, Jader Filho, disse que, com a mudança, esse valor pode chegar a R\$ 95 mil.

A portaria determina ainda que, além do subsídio, os beneficiários poderão usufruir dos descontos para habitação previstos na Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), como o pagamento de uma entrada com esse recurso, o que diminuiria o valor da parcela.

Além dessa mudança, a portaria traz algumas medidas que já vinham sendo aplicadas nos novos contratos, mas ainda não estavam regulamentadas, como, a isenção de beneficiários do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, além de pessoas que recebam a unidade por meio de assentamento ou atendimento em casos de calamidade pública, por exemplo. Para esses casos, o imóvel não pode ser vendido em um prazo de cinco anos.

Segundo informou Jader Filho, este ano, o Programa Minha Casa, Minha Vida já contratou 300 mil novas unidades habitacionais, quase a mesma quantidade do total de 380 mil contratadas no ano passado. A previsão é ultrapassar 450 mil novas unidades até o fim do ano.

O ministro destacou que esse número ainda sofreu o impacto do prazo legal para a retomada do programa, que só foi viabilizada em agosto. "A minha expectativa é que, no ano que vem, a gente supere ainda mais essa marca, haja vista que teremos um tempo maior para tornar essas unidades habitacionais uma realidade." (Agência Brasil)

Queda da inflação deve tirar até R\$ 30 bi da arrecadação de 2023

A queda da inflação deverá retirar de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões da arrecadação nominal do governo em 2023, disse na quinta-feira (28) o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Apesar dessa dificuldade, ele disse que a equipe econômica continua a buscar um déficit primário "o mais próximo possível" de R\$ 100 bilhões neste ano.

"A busca é pelo melhor resultado possível, sem dúvida nenhuma, isso continua no radar, mas em fatores que inegavelmente têm afetado a arrecadação", disse o secretário ao explicar o déficit primário de R\$ 26,35 bilhões em agosto.

A inflação mais baixa reduz a arrecadação porque boa parte dos tributos sobre o consumo, que têm o maior peso na carga tributária, são atrelados aos preços das mercadorias. Quanto mais caro, maior o valor nominal que o governo recebe.

Outro fator, explicou o secretário, que contribuiu para a queda nas receitas foi a demora da aprovação da lei que mudou as regras do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf). Segundo ele, a restituição do voto de desempate a favor do governo só começará a trazer re-

curso significativos para a União em 2024.

Ceron também explicou que houve atrasos em relação à regulamentação de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proibindo que empresas abatam incentivos estaduais para gastos de custeio do pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Segundo o projeto do Orçamento de 2024, o governo pretende arrecadar R\$ 35,3 bilhões com a medida no próximo ano, mas a medida provisória só foi editada no fim de agosto.

Mesmo com as dificuldades, o secretário do Tesouro disse que o governo tende a registrar superávit primário em setembro. Isso reduziria o déficit acumulado no ano, que terminou os oito primeiros meses de 2023 em R\$ 104,59 bilhões.

Em relação ao pagamento de precatórios, dívidas da União com decisão judicial definitiva, Ceron defendeu a resolução, ainda este ano, do represamento do estoque de débitos para os próximos anos depois da emenda constitucional aprovada no fim de 2021. "A gente poderia deixar o problema estourar para quem estiver aqui em 2027, mas achamos

melhor resolver logo", justificou.

Segundo Ceron, a equipe econômica procura um "caminho razoável" e está aberta a outro tipo de solução diferente da proposta enviada nesta semana ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na manifestação, o governo pede a liberação de um crédito extraordinário de R\$ 95 bilhões, que estão excluídos do novo arcabouço fiscal, para quitar o estoque de precatórios represados desde a emenda constitucional aprovada no governo anterior, que parcelou o pagamento das dívidas acima de 60 salários mínimos até o fim de 2026.

O ponto que provocou a maior polêmica foi a forma de registro dos precatórios pagos. O governo quer que o STF autorize uma contabilidade dupla, com o valor principal das dívidas continuando a ser considerados gastos primários — o que interfere nas metas fiscais — e que os juros e a correção monetária passem a ser tratados como despesas financeiras, o que não impactaria o resultado primário do governo.

O secretário do Tesouro também disse que o governo ainda avalia como resolver a recomposição dos gastos mínimos com saúde e educação após a sanção

do novo arcabouço fiscal. Na última sexta-feira (22), o Ministério do Planejamento projetou uma necessidade de recursos de até R\$ 21 bilhões para cumprir apenas o piso da saúde. Cero, no entanto, disse que o impacto poderá ser bem menor.

Segundo o secretário, um buraco em torno de R\$ 20 bilhões é a estimativa mais pessimista do Ministério do Planejamento. "Nas nossas simulações, R\$ 20 bilhões não é um cenário que daria tudo isso. Mas precisamos avançar nisso. Precisa de um entendimento antes do fim do ano para não ter risco para os gestores. Se for zero, é zero. Se for R\$ 3 bilhões, é R\$ 3 bilhões. Se for outro número, é outro número", explicou.

Ceron afirmou existirem elementos para justificar a não aplicação dos novos pisos para a saúde e a educação em 2023 e disse que, no caso da saúde, o impacto poderia ser de até R\$ 5 bilhões. O tema ainda está sendo discutido dentro do governo. Caso se confirme a hipótese de R\$ 20 bilhões de insuficiência, o Planejamento terá de bloquear esse valor do Orçamento de outros ministérios, prejudicando a prestação de serviços públicos em outras áreas. (Agência Brasil)

Exportações pelo Proex poderão ocorrer sem financiamento aprovado

Os comerciantes que usam recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) não precisarão aguardar a análise do pedido de crédito para embarcar as mercadorias, decidiu na quinta-feira (28), em Brasília, o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Segundo o Ministério da Fazenda, a medida tem como objetivo evitar que exportadores perdessem o benefício por não poder aguardar os trâmites burocráticos.

Caberá ao empresário assumir o risco das operações. Caso o financiamento não seja concedido, o exportador arcará com os custos da exportação. Criado em 1991, o Proex concede financiamentos às exportações brasileiras em condições equivalentes às do mercado internacional. A prática é autorizada pelas normas internacionais de comércio.

O CMN também instituiu um prazo de 60 dias para que as instituições financeiras que operem linhas do Proex informem ao Banco do Brasil - agente responsável pelo programa - sobre eventuais valores a serem restituídos ao Tesouro Nacional. As quantias deverão ser repassadas nos casos de liquidação antecipada dos financiamentos, inadimplência e mudança dos índices de referência das taxas de financiamento.

Caso o prazo não seja cumprido, a União poderá impedir novas aprovações de operações com a instituição financeira que concedeu o crédito até a regularização com o Banco do Brasil. O CMN também regulamentou a possibilidade de a União cobrar das instituições financeiras - nas esferas administrativas e judicial - os valores devidos nessas situações. (Agência Brasil)